



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO
DIRETOR E CNSP

RESOLUÇÃO Nº 336, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre as regras e os critérios para operação do seguro popular de automóvel com permissão de utilização de peças usadas oriundas de empresas de desmontagem, conforme lei específica, para a recuperação de veículos sinistrados com cobertura securitária, e dá outras providências.

A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso XI, do Decreto n.º 60.459, de 13 de março de 1967, e considerando o inteiro teor do Processo CNSP n.º 2/2016 e Processo SUSEP n.º 15414.000408/2014-09, torna público que o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, em sessão ordinária realizada em 30 de março de 2016, na forma do que estabelece o inciso IV do art. 32, do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, resolveu:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1.º Dispõe sobre as regras e os critérios para a operação do seguro popular de automóvel com permissão de utilização de peças usadas oriundas de empresas de desmontagem, conforme lei específica, para a recuperação de veículos sinistrados com cobertura securitária.

Parágrafo único. O seguro de que trata esta Resolução será denominado Seguro Auto Popular.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2.º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por peça usada a peça original obtida pela desmontagem de veículos automotores terrestres, executada por empresas especializadas regulamentadas pela Lei n.º 12.977, de 20 de maio de 2014.

CAPÍTULO III
DAS CARACTERÍSTICAS DO SEGURO

Art. 3.º A cobertura principal do Seguro Auto Popular deverá compreender, no mínimo, a garantia de indenização por danos causados ao veículo por colisão.

§ 1.º É vedada a oferta de cobertura que preveja apenas a indenização integral por colisão.

§ 2.º Visando a reparação de danos parciais causados ao veículo por colisão, a proposta do seguro deverá conter a opção entre a utilização de oficinas de livre escolha ou de oficinas pertencentes à rede referenciada específica do produto, discriminando, nesta hipótese, as vantagens auferidas pelo segurado.

Art. 4.º Os planos de seguro compostos relativos ao Seguro Auto Popular poderão oferecer como coberturas agregadas exclusivamente as coberturas relativas aos ramos Assistência e Outras Coberturas - Auto (0542), Acidentes Pessoais de Passageiros - APP (0520) e Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV (0553).

Parágrafo único. As coberturas agregadas dos planos de seguro compostos dispostos no caput somente poderão ser comercializadas em conjunto com a cobertura principal.

Art. 5.º Para o Seguro Auto Popular, deverão ser oferecidas, quando da apresentação da proposta, as modalidades "valor de mercado referenciado" e/ou "valor determinado".

§ 1.º A modalidade "valor de mercado referenciado", de que trata o caput, garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia variável, em moeda corrente nacional, determinada de acordo com a tabela de referência expressamente indicada na proposta do seguro, conjugada com fator de ajuste, em percentual, a ser aplicado sobre o valor de cotação do veículo na data da liquidação do sinistro.

§ 2.º A modalidade "valor determinado", de que trata o caput, garante ao segurado, no caso de indenização integral, o pagamento de quantia fixa, em moeda corrente nacional, estipulada pelas partes no ato da contratação do seguro.

Art. 6.º Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem 75% (setenta e cinco por cento) do valor contratado.

§ 1.º Na modalidade "valor de mercado referenciado", o valor contratado a que se refere o caput corresponde ao valor de cotação do veículo segurado, de acordo com a tabela de referência contratualmente estabelecida e em vigor na data do aviso do sinistro, multiplicado pelo fator de ajuste.

§ 2.º Na modalidade "valor determinado", o valor contratado a que se refere o caput é aquele definido na apólice, no certificado individual ou no bilhete.

§ 3.º Ficam vedadas a dedução dos valores referentes às avarias previamente constatadas e a aplicação de franquia, nos casos de indenização integral.

Art. 7.º A contratação do Seguro Auto Popular será feita mediante emissão de apólice ou de bilhete, no caso de plano individual, ou de certificado individual, no caso de plano coletivo, os quais deverão conter, além das informações previstas em normativos específicos, os seguintes elementos:

a) o valor determinado ou o percentual de fator de ajuste do valor de mercado, fixados conforme os § 1.º e 2.º do art. 5.º desta Resolução;

b) informação ao segurado, em destaque, sobre a utilização de peças usadas, conforme a Lei n.º 12.977, de 20 de maio de 2014; e

c) respostas do questionário de avaliação de risco, quando houver.

§ 1.º As condições contratuais do Seguro Auto Popular deverão estar à disposição do proponente, na íntegra, previamente à assinatura da respectiva proposta, devendo este, seu representante legal ou seu corretor de seguros assinar declaração de que o proponente tomou ciência das referidas condições contratuais, especialmente da informação constante da alínea "b" do caput.

§ 2.º A declaração de que trata o parágrafo anterior deverá constar da própria proposta.

§ 3.º As condições contratuais deverão especificar os benefícios e as condições de aplicação da opção de contratação do seguro com utilização de rede referenciada ou de oficina de livre escolha e da utilização de peças usadas.

§ 4.º As condições contratuais deverão conter a seguinte expressão: "o corretor e a seguradora deverão informar o percentual e o valor da comissão de corretagem aplicada à apólice ou bilhete, sempre que estes forem solicitados pelo segurado".

Art. 8.º As sociedades seguradoras que comercializarem o Seguro Auto Popular com vigência anual deverão oferecer obrigatoriamente na proposta a opção de pagamento do prêmio integral à vista ou em até doze parcelas mensais, sendo a primeira à vista.

Ar. 9.º A contratação da cobertura do ramo principal do seguro será, exclusivamente, a primeiro risco absoluto.

Art. 10. A utilização de peças usadas na recuperação de veículos sinistrados com cobertura securitária, prevista nesta Resolução, somente será permitida quando atenderem aos requisitos de origem, às exigências técnicas necessárias para sua reutilização, nos termos das normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e às demais condições impostas pela Lei n.º 12.977, de 20 de maio de 2014.

CAPÍTULO IV
DA ATIVIDADE DE DESMONTAGEM VINCULADA À
COBERTURA SECURITÁRIA

Art. 11. A oferta, a apresentação e a utilização de peças, conjuntos de peças ou serviços que incluam, total ou parcialmente, peças oriundas de desmontagem devem assegurar ao destinatário informações claras, suficientes e destacadas acerca da procedência e das condições do produto.

Parágrafo único. A sociedade seguradora deverá incluir no orçamento de reparo a relação das peças usadas e/ou compatíveis utilizadas na recuperação do veículo sinistrado.

Art. 12. Os contratos firmados entre as sociedades seguradoras e as empresas de desmontagem deverão dispor sobre os direitos e as obrigações das partes, observando a obrigatoriedade de a seguradora firmar contrato com empresa de desmontagem registrada perante o órgão executivo de trânsito do Estado em que atuar ou do Distrito Federal, conforme a Lei n.º 12.977, de 20 de maio de 2014.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. As sociedades seguradoras que comercializarem o Seguro Auto Popular deverão encaminhar à SUSEP, previamente à comercialização, as condições contratuais do plano de seguro e a nota técnica atuarial para análise e arquivamento, observada a legislação em vigor.

Parágrafo único. As sociedades seguradoras que já comercializam seguro do ramo Automóvel - Casco (0531) não necessitam encaminhar Nota Técnica Atuarial de Carteira de Início de Operação em Ramo.

Art. 14. As informações referentes às apólices contratadas no Seguro Auto Popular serão contabilizadas no ramo 0526.

Art. 15. O Seguro Auto Popular deverá observar o disposto nesta Resolução e, nos casos omissos, as normas relativas aos seguros de danos e aos seguros de automóveis.

Art. 16. A comercialização do Seguro Auto Popular feita em desacordo com o estabelecido nesta Resolução sujeitará os infratores às medidas e às sanções legais e regulamentares previstas nas normas vigentes.

Art. 17. Fica expressamente vedada a denominação "Seguro Auto Popular" na comercialização de seguros para automóveis que não atendam o disposto nesta Resolução.

Art. 18. Fica a SUSEP autorizada a editar normas complementares e a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Circular SUSEP n.º 306, de 17 de novembro de 2005.

ROBERTO WESTENBERGER
Superintendente

CIRCULAR Nº 531, DE 11 DE MARÇO DE 2016

Altera a Circular Susep n.º 447, de 9 de agosto de 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do art. 36, alínea "b", do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e tendo em vista o que consta do Processo SUSEP n.º 15414.000302/2015-88, resolve,

Art. 1.º O art. 2.º da Circular Susep n.º 447, de 9 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 2.º

Parágrafo único O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que os Corretores de Seguros estejam enquadrados como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional." (NR)

Art. 2.º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

CIRCULAR Nº 532, DE 17 DE MARÇO DE 2016

Altera a Circular SUSEP n.º 510, de 22 de janeiro de 2015.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma da alínea "b" do art. 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966; da Lei n.º 4.594, de 29 de dezembro de 1964; da Resolução CNSP n.º 249, de 15 de fevereiro de 2012, e considerando o que consta do Processo Susep n.º 15414.000528/2012-36, resolve,

Art. 1.º Alterar o Art. 29 da Circular Susep n.º 510, de 22 de janeiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao meio de encaminhamento dos pedidos de suspensão ou de cancelamento de registro de corretor de seguros previstos nos artigos 6.º e 7.º deste ato, que entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2016."

Art. 2.º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

CIRCULAR Nº 533, DE 17 DE MARÇO DE 2016

Altera a Circular SUSEP n.º 438, de 15 de junho de 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do disposto nas alíneas "c", "g" e "h" do art. 36 do Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966; no uso da competência que lhe foi delegada nos termos do art. 74 da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001; no § 2.º do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 261, de 28 de fevereiro de 1967, e tendo em vista o que consta do Processo SUSEP n.º 15414.002650/2008-61, resolve,

Art. 1.º O art. 2.º da Circular SUSEP n.º 438, de 15 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º

§ 1.º Os documentos de que trata o caput deverão ser enviados acompanhados de correspondência eletrônica, na forma estabelecida no Manual de Utilização, assinada digitalmente com Certificado Digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).

§ 2.º O Manual de Utilização disporá sobre quais assinaturas deverão constar da correspondência prevista no parágrafo anterior.

§ 3.º O Manual de Utilização disporá sobre quais documentos devem ser encaminhados conforme o tipo de produto a ser registrado e sobre as regras pertinentes a este envio." (NR)

Art. 2.º Ficam revogados o parágrafo único do art. 2.º e os § 1.º e 2.º do art. 3.º da Circular SUSEP n.º 438, de 15 de junho de 2012.

Art. 3.º Esta Circular entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 31 DE MARÇO DE 2016

PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2016. Condições Gerais de Financiamento. Restrições. Itens não financiáveis. Matrizes ou Reprodutores bovinos melhorados geneticamente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8.º, § 2.º, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9.º, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho proposta formulada pelo Governo do Estado de Goiás, com os ajustes sugeridos em de reunião técnica realizada no dia 16.02.2016, de forma a alterar o item "2" do inciso IV da letra "d" do Subitem 2.1 Itens não Financiáveis do item 2 do Título III - Condições Gerais de Financiamento da Programação do FCO para 2016, de modo a rever o financiamento de matrizes ou reprodutores bovinos, com o que o referido item passará a contar com a seguinte redação:

Título III - Condições Gerais de Financiamento
[...]